

Concurso para Emprego Público Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRC/PR

Advogado - Curitiba

[← voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

Burnout feminino: por que as mulheres adoecem mais no ambiente corporativo?

O aumento dos casos de burnout entre mulheres tem chamado a atenção de especialistas em saúde mental e gestão de pessoas. A síndrome, caracterizada por exaustão emocional, distanciamento psicológico do trabalho e redução da sensação de eficácia profissional, tem se tornado cada vez mais presente no ambiente corporativo, especialmente entre profissionais que lidam com múltiplas demandas dentro e fora do trabalho.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), burnout é considerado um fenômeno ocupacional resultante de estresse crônico mal administrado. A combinação entre jornada profissional intensa e responsabilidades domésticas, muitas vezes invisíveis, tem sido apontada como um dos principais fatores para o adoecimento emocional das mulheres.

Segundo Ylana Miller, especialista em liderança feminina, a questão está ligada a um conjunto de fatores que se acumulam no dia a dia das profissionais. "Mulheres são mais afetadas pela síndrome de burnout por conta da combinação de fatores como dupla jornada de trabalho, acúmulo de funções domésticas, familiares e profissionais, além de enfrentarem assédio, discriminação de gênero e falta de reconhecimento. No ambiente corporativo ainda existem barreiras para ocupar posições de liderança e desigualdade salarial", explica.

A sobrecarga fora do expediente formal também pesa significativamente nesse cenário. A presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio de Janeiro, Renata Filardi, destaca que a desigualdade na divisão das tarefas domésticas continua sendo um fator determinante. "No Brasil, as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, contra 11,7 horas dos homens, segundo dados do IBGE. Quando essa carga se soma a metas agressivas, pressão por performance e jornadas longas, o risco de esgotamento aumenta", afirma.

Esse fenômeno é frequentemente descrito como "dupla jornada", mas especialistas ressaltam que o impacto vai além do tempo dedicado às tarefas. De acordo com a psicóloga clínica Andréia Batista, existe também uma carga mental constante. "Mesmo após o expediente formal, muitas mulheres continuam responsáveis pela organização da rotina familiar e pelo cuidado com filhos ou familiares. Isso mantém o cérebro em estado constante de planejamento e vigilância. Sem períodos reais de pausa, o sistema nervoso permanece em alerta por longos períodos, favorecendo fadiga emocional e sensação de esgotamento", explica.

[...]

Questão 1

Considerando as ideias desenvolvidas no texto, assinale a alternativa que melhor sintetiza a problemática central abordada pela reportagem.

- A) A síndrome de burnout é causada exclusivamente por jornadas profissionais longas e metas excessivas impostas pelas empresas.

- B) O fenômeno do burnout ocorre porque mulheres tendem a assumir voluntariamente mais responsabilidades que os homens.
- C) O aumento dos casos de burnout no ambiente corporativo está relacionado principalmente à falta de preparo técnico das mulheres para funções de liderança.

D) O burnout feminino decorre, em grande medida, da combinação entre exigências profissionais intensas e responsabilidades domésticas e familiares desigualmente distribuídas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O crescimento dos casos de burnout entre mulheres está diretamente ligado ao aumento da competitividade no mercado de trabalho masculino.

Questão 2

A partir das informações apresentadas no texto, é possível inferir que:

- A) mulheres apresentam maior predisposição biológica para desenvolver burnout em comparação aos homens.
- B) a síndrome de burnout ocorre principalmente em cargos de liderança feminina.
- C) a sobrecarga emocional relatada pelas especialistas decorre apenas do tempo dedicado ao trabalho formal.

D) a divisão igualitária das tarefas domésticas tende a reduzir fatores associados ao esgotamento emocional das mulheres.

GABARITO PRELIMINAR



- E) o burnout é um fenômeno exclusivo do ambiente corporativo e não possui relação com aspectos da vida pessoal.

Questão 3

Com base no trecho do texto, analise as assertivas a seguir.

I. No trecho "*Esse fenômeno é frequentemente descrito como 'dupla jornada'*", o pronome demonstrativo "esse" retoma a ideia anteriormente mencionada de acúmulo de responsabilidades profissionais e domésticas.

II. No trecho "*Quando essa carga se soma a metas agressivas...*", a expressão "essa carga" estabelece referência às horas dedicadas pelas mulheres às tarefas domésticas e de cuidado.

III. A conjunção "quando", no trecho citado anteriormente, estabelece relação semântica de causa entre as orações.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II, apenas.

D) I e II, apenas.

E) II e III, apenas.

Questão 4

Considere o trecho do texto a seguir.

"A sobrecarga fora do expediente formal também pesa significativamente nesse cenário."

Sobre as classes de palavras presentes nesse trecho, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O termo "do" é classificado como pronome pessoal oblíquo.
- B) A palavra "significativamente" exerce função de adjetivo, qualificando o substantivo "sobrecarga".
- C) O termo "nesse" é classificado como artigo definido masculino.
- D) O termo "a" funciona como pronome demonstrativo que retoma informação anterior.

E) A palavra "também" exerce função de advérbio, acrescentando ideia de inclusão.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 5

No trecho *"Sem períodos reais de pausa, o sistema nervoso permanece em alerta por longos períodos, favorecendo fadiga emocional e sensação de esgotamento."*, a palavra "fadiga", no contexto apresentado, significa:



A) estado de cansaço físico ou mental decorrente de esforço prolongado.

GABARITO PRELIMINAR

- B) sensação momentânea de desinteresse pelas atividades profissionais.=
- C) incapacidade permanente de desempenhar atividades cognitivas.
- D) entusiasmo excessivo provocado pelo trabalho intenso.
- E) dificuldade de adaptação a ambientes organizacionais competitivos.

Questão 6

Assinale a alternativa em que a conjunção destacada estabelece relação de coordenação adversativa entre as orações.

- A) O documento foi publicado, ou será republicado com retificações.
- B) O diretor revisou o relatório bem como conferiu seus dados estatísticos.
- C) O prazo de matrículas foi encerrado; portanto, não será prorrogado.
- D) A administração avaliou o projeto e aprovou a proposta apresentada.

E) O servidor apresentou argumentos consistentes, mas a comissão manteve a decisão inicial.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 7

Assinale a alternativa em que o emprego da vírgula está **CORRETO**, conforme a norma-padrão.

A) Senhores, pais e responsáveis apresentem seus documentos para conferência.

B) Senhores pais e responsáveis, apresentem seus documentos para conferência.

GABARITO PRELIMINAR

C) Senhores pais e responsáveis apresentem, seus documentos para conferência.

D) Senhores pais e responsáveis apresentem seus documentos, para conferência.

E) Senhores pais e responsáveis apresentem, seus documentos, para conferência.

Questão 8

Assinale a alternativa em que o emprego do sinal indicativo de crase está **CORRETO**, de acordo com a norma-padrão.

A) O relatório foi encaminhado à direção para análise.

GABARITO PRELIMINAR

B) A comissão dirigiu-se à avaliar os recursos apresentados.

C) Os candidatos compareceram à partir das oito horas.

D) Preferimos comprar os móveis à prazo.

E) O servidor entregou o formulário à todos os participantes da reunião.



Questão 9

Assinale a alternativa em que a colocação do pronome átono está **CORRETAMENTE** empregado.

A) O diretor pediu que entregassem-lhe o relatório imediatamente.

GABARITO PRELIMINAR

B) Nos avisem assim que a reunião se iniciar.

C) O candidato tinha preparado-se para a prova com antecedência.

D) Jamais esquecerei-me das orientações recebidas durante o curso.

E) Se comunicou aos servidores a alteração no cronograma.

Questão 10

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018), assinale a alternativa que apresenta característica adequada à redação oficial.

A) Uso de expressões subjetivas para demonstrar posicionamento pessoal do redator.

B) Utilização de construções rebuscadas para conferir formalidade ao documento.

C) Predominância de estilo pessoal para valorizar a autoria do texto administrativo.

D)

Clareza, impessoalidade e objetividade na transmissão da informação.

GABARITO PRELIMINAR

E) Emprego de linguagem figurada para tornar o texto mais expressivo.

Raciocínio Lógico

Questão 11

Luciana e Ana realizaram quatro provas em uma disciplina. As notas obtidas por cada uma estão apresentadas na tabela a seguir.

	Prova 1	Prova 2	Prova 3	Prova 4
Ana	6,8	7,4	A	8,9
Luciana	7,2	6,8	9,0	L

Sabe-se que a média aritmética das notas de Luciana foi 0,2 ponto maior que a média aritmética das notas de Ana.

Nessas condições, determine o valor de $L - A$.



A) 0,2.

B) 0,8.

C) 1,1.

D) 0,4.

E)

0,9.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 12

Em um pote há 12 balas idênticas em tamanho e aparência, diferenciando-se apenas pelo sabor: 5 de morango, 4 de limão e 3 de uva.

Duas balas são retiradas ao acaso desse pote, sem reposição.

Qual é a probabilidade de as duas balas retiradas serem do mesmo sabor?

A) $3/12$.

B) $1/4$.

C)

19/66.

GABARITO PRELIMINAR

D) 19/132.

E) 12/66.

Questão 13

Daniel criou uma senha composta por 6 caracteres distintos. Ele se lembra de que utilizou apenas os seguintes símbolos:

{1,2,3,5,#,&,%}

Sabe-se que nenhum símbolo foi repetido, um deles não foi utilizado, mas Daniel não se recorda qual.

Ele também se lembra de que:

- o primeiro caractere da senha é 1 ou 3;
- o último caractere é, certamente, #.

Quantas senhas diferentes podem ser formadas que atendam a essas condições?



A) 120.

B) 360.

C) 720.

D) 210.

E)

240.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 14

Considere as seguintes afirmações sobre números racionais e suas representações decimais.

I. Todo número racional pode ser escrito na forma de fração com numerador e denominador inteiros, sendo o denominador diferente de zero.

II. Toda dízima periódica representa um número racional.

III. Alguns números racionais possuem representação decimal finita.

IV. Todo número cuja representação decimal é infinita é irracional.

Com base nessas afirmações, assinale a alternativa CORRETA.

A) Apenas II e IV são verdadeiras.

B) Apenas I, II e III são verdadeiras.

GABARITO PRELIMINAR

C) Apenas III e IV são verdadeiras.

D) Apenas I e II são verdadeiras.

E) Todas as afirmações são verdadeiras.

Questão 15

Considere os números a seguir.

$$A = \frac{2^{2^3}}{4^2}$$

$$B = \sqrt{\frac{72,9}{8,1}}$$

$$C = \frac{5^3}{\sqrt[3]{5^6}}$$



Assinale a alternativa que apresenta a média aritmética entre esses três números.

A) 15.

B) 16.

C) 14.

D) 10.

E) 8.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 16

Alberto investiu R\$ 15.000,00 em um fundo de investimento que rende 2,5% ao mês, no regime de juros simples, durante 10 meses.

Ao final desse período, ele resgatou o montante acumulado e utilizou 30% desse valor para realizar uma viagem.

O valor restante foi dividido integralmente entre seus três filhos, da seguinte forma:

- o filho mais velho recebeu 40%;
- o filho do meio recebeu 35%;
- o filho mais novo recebeu 25%.

Quanto o filho mais velho recebeu a mais que o filho mais novo?

A) R\$ 1.968,75.

B) R\$ 1.890,00.

C) R\$ 656,25.

D) R\$ 1.875,00.

E) R\$ 2.625,00.

GABARITO PRELIMINAR



Questão 17

Considere as proposições a seguir.

p: João joga futebol. (valor lógico verdadeiro)

q: Felipe joga tênis. (valor lógico falso)

Analise as proposições compostas a seguir.

I. Se João joga futebol, então Felipe joga tênis.

II. João joga futebol se, e somente se, Felipe não joga tênis.

III. João joga futebol ou Felipe não joga tênis.

Assinale a alternativa que apresenta proposições de valor lógico verdadeiro.

A) I, II e III.

B) I e II, apenas.

- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

E) II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 18

Considere as proposições a seguir e seus respectivos valores lógicos informados.

p: Caio é filho único. (V)

q: Ana é bailarina. (F)

r: Marcela não tem primos. (F)

Assinale a alternativa que contém uma proposição de valor lógico verdadeiro.

- A) Caio é filho único se, e somente se, Ana é bailarina.
- B) Ana é bailarina se, e somente se, Caio é filho único.

C) Se Ana é bailarina, então Marcela não tem primos.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Se Caio é filho único, então Ana é bailarina.
- E) Caio é filho único se, e somente se, Marcela não tem primos.



Questão 19

Uma turma de 30 alunos realizou uma prova de Matemática, cujas notas variaram de 0 a 10. O professor decidiu dividir os alunos em cinco grupos com seis alunos cada.

O grupo que receberá um prêmio será aquele que apresentar a maior mediana entre as notas de seus integrantes.

Cada alternativa a seguir representa um desses grupos, por meio das notas obtidas pelos seus seis alunos.

Assinale a alternativa que corresponde ao grupo com maior mediana.

- A) 6, 9, 4, 7, 8, 5.
- B) 10, 5, 6, 6, 9, 4.
- C) 5, 7, 5, 4, 10, 10.

D)

8, 3, 5, 8, 7, 9.

GABARITO PRELIMINAR

E) 10, 6, 6, 7, 9, 4.

Questão 20

Considere todos os anagramas que podem ser formados com as letras da palavra FAFIPA.

Quantos desses anagramas NÃO começam pela letra P?

A) 135.

B) 165.

C) 180.

D) 120.

E)

150.

GABARITO PRELIMINAR

Legislação

Questão 21

Nos termos do Decreto nº 7.724/2012, assinale a alternativa que apresente, CORRETA e respectivamente, os conceitos de informação sigilosa e de informação pessoal.

A) Informação sigilosa é aquela protegida por tempo indeterminado devido ao interesse do administrador; informação pessoal é aquela que se refere apenas a dados biométricos de servidores públicos.



B)

Informação sigilosa é a informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo; informação pessoal é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.

GABARITO PRELIMINAR

C) Informação sigilosa é aquela que deve ser disponibilizada integralmente para controle social; informação pessoal é aquela produzida exclusivamente por órgãos públicos no exercício de suas funções.

D) Informação sigilosa é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; informação pessoal é aquela submetida por tempo indeterminado à restrição de acesso em razão da segurança do Estado.

E) Informação sigilosa é aquela contida em documentos físicos de acesso restrito; informação pessoal é aquela contida em meios digitais que versam sobre a vida privada de autoridades.

Questão 22

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, analise as asserções a seguir.

I. O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário responde integralmente pelas sanções aplicadas ao agente responsável, inclusive pela suspensão dos direitos políticos e pela perda da função pública.

II. A responsabilidade sucessória prevista na Lei nº 8.429/1992 não se aplica às hipóteses de transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, restringindo-se apenas aos casos de sucessão por herança.

Assinale a alternativa CORRETA.

A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

B)
As asserções I e II são proposições falsas.

GABARITO PRELIMINAR

C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

E) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

Questão 23

Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, são fundamentos da República Federativa do Brasil:

A) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a inexistência de pluralidade política e a independência nacional.

B) a supressão da cidadania e a proibição da livre iniciativa econômica, a dignidade da pessoa humana e a supremacia da Constituição.

C)
a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

GABARITO PRELIMINAR

D) a centralização absoluta do poder estatal, a supremacia do governo sobre os direitos individuais e a ausência de participação popular.

E) a soberania, a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos.

Questão 24

De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, analise as asserções a seguir.

I. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

II. O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dois meses, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Assinale a alternativa CORRETA.

A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

- B) As asserções I e II são proposições falsas.
- C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

D)
A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

GABARITO PRELIMINAR

- E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

Questão 25

Sobre a aplicação de penas no Brasil, considere as assertivas a seguir,

I. O ordenamento jurídico brasileiro admite a imposição de penas de banimento e de trabalhos forçados em casos de crimes hediondos ou de extrema gravidade.

II. De acordo com a Constituição Federal, não haverá penas de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento ou que sejam consideradas cruéis.

III. É vedada a aplicação de qualquer tipo de prestação social alternativa, uma vez que a Constituição Federal exige que toda pena tenha caráter estritamente privativo de liberdade.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I, II e III.
- C) III, apenas.

D)
II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) I e II, apenas.

Noções de Informática

Questão 26

Qual memória volátil o computador usa temporariamente para executar programas?

- A) ROM
- B) SSH
- C) NVME
- D) HDD

E)
RAM

GABARITO PRELIMINAR

Questão 27

Assinale a alternativa que corresponde à função de um driver de dispositivo em um sistema operacional.

- A) Instalar atualizações do sistema operacional automaticamente em segundo plano.

- B) Controlar o escalonamento de processos da CPU e a divisão do tempo de execução entre programas.
- C) Executar rotinas de criptografia para proteger arquivos do usuário.
- D)** Permitir que o sistema operacional controle e utilize um hardware específico.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Aumentar automaticamente a capacidade física de armazenamento do computador.

Questão 28

Em informática, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o conceito de computação em nuvem.

- A) Uso de acesso remoto para controlar um computador específico que executa os programas instalados nele.
- B) Uso de servidores próprios para manter arquivos e sistemas instalados e administrados internamente, sem oferta de recursos, como serviço sob demanda.
- C) Uso de um dispositivo de armazenamento compartilhado na rede local (NAS) para centralizar arquivos da equipe.

- D)** Uso de serviços de armazenamento e processamento via Internet, com recursos alocados conforme a necessidade.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Uso de máquinas virtuais executadas localmente no computador do usuário, sem dependência de serviços externos.



Questão 29

Assinale a alternativa cujo dispositivo tem a função principal de interligar fisicamente computadores em uma rede local por cabos Ethernet.

- A) Firewall
- B) Proxy
- C) Gateway

- D)** Switch

GABARITO PRELIMINAR

- E) VoIP

Questão 30

Assinale a alternativa cujo serviço tem a função de atribuir automaticamente endereços IP e outros parâmetros de rede aos dispositivos.

- A) TELNET
- B) DNS

C) DHCP

GABARITO PRELIMINAR

D) SSH

E) HTTPS

Conhecimentos Específicos

Questão 31

A Resolução CFC nº 1.707/2023 disciplina regras relativas ao registro profissional no âmbito do Sistema CFC/CRCs, incluindo disposições sobre a cobrança de anuidades em caso de baixa de registro. Considerando o disposto no art. 20 da referida resolução, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Solicitada a baixa do registro profissional até 31 de março, ficará o profissional isento do pagamento de anuidade referente ao exercício em curso.
- B) Solicitada a baixa do registro profissional até 31 de março, será devida a anuidade proporcional aos dias efetivamente trabalhados no exercício.

C) Solicitada a baixa do registro profissional até 31 de março, será devida anuidade proporcional ao número de meses decorridos, enquanto, após essa data, será devida a anuidade integral.

GABARITO PRELIMINAR

D) Solicitada a baixa do registro profissional após 31 de março, será devida apenas a anuidade proporcional ao número de meses decorridos até a data da solicitação.

E) Solicitada a baixa do registro profissional em qualquer data do exercício, a anuidade será sempre proporcional ao período de manutenção do registro.



Questão 32

A Resolução CFC nº 1.707/2023 estabelece regras relativas ao registro profissional no âmbito do Sistema CFC/CRCs, incluindo disposições sobre as consequências da cassação do exercício profissional. Considerando o disposto no art. 25, § 2º, da referida resolução, assinale a alternativa CORRETA.

A) Na hipótese de cassação do exercício profissional decorrente de crime contra a ordem econômica e tributária, o novo registro dependerá exclusivamente de autorização do Conselho Federal de Contabilidade.

B) Na hipótese de a cassação do exercício profissional decorrer da prática de crime contra a ordem econômica e tributária, o pedido de novo registro dependerá da reabilitação criminal comprovada mediante certidão negativa.

GABARITO PRELIMINAR

C) Na hipótese de cassação do exercício profissional decorrente de crime contra a ordem econômica e tributária, o profissional ficará impedido de requerer novo registro de forma definitiva.

D) Na hipótese de cassação do exercício profissional decorrente de crime contra a ordem econômica e tributária, o novo registro poderá ser solicitado após cinco anos, independentemente de reabilitação criminal.

E) Na hipótese de cassação do exercício profissional decorrente de crime contra a ordem econômica e tributária, o novo registro poderá ser requerido imediatamente após o cumprimento da pena.

Questão 33

O Decreto-Lei nº 9.295/1946 disciplina a organização da profissão contábil e estabelece regras relativas à aplicação de penalidades aos profissionais registrados. Considerando o disposto no art. 33 desse diploma normativo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As penas de suspensão do exercício profissional serão impostas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cabendo recurso ao Poder Judiciário.
- B) As penas de suspensão do exercício profissional serão impostas diretamente pelo Conselho Federal de Contabilidade, sem possibilidade de recurso.
- C) As penas de suspensão do exercício profissional serão aplicadas pelo Ministério da Fazenda, cabendo recurso ao Conselho Federal de Contabilidade.
- D) As penas de suspensão do exercício profissional serão impostas pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, sendo irrecorríveis no âmbito administrativo.

E) As penas de suspensão do exercício profissional serão impostas pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, cabendo recurso ao Conselho Federal de Contabilidade.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 34

O Decreto-Lei nº 9.295/1946 dispõe sobre o exercício da profissão contábil e estabelece sanções para a prática irregular da atividade. Considerando o disposto no art. 20 desse diploma normativo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A simples divulgação de serviços contábeis por meio de anúncios ou placas não caracteriza infração quando o interessado ainda não iniciou o exercício profissional.
- B) A aplicação de penalidades por exercício ilegal da profissão contábil somente ocorrerá quando houver efetiva prestação de serviços contábeis remunerados.
- C) O exercício ilegal da profissão contábil somente se configura quando o agente se apresenta formalmente como contador perante órgãos públicos.

D) Todo aquele que, por meio de anúncios, placas, cartões comerciais ou outros meios, propuser-se ao exercício da profissão de contabilista, em qualquer de seus ramos, estará sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão se não estiver devidamente registrado.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A divulgação de serviços contábeis sem registro profissional sujeita o responsável apenas à advertência administrativa, sem outras penalidades.

Questão 35

O Decreto-Lei nº 1.040/1969 dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Considerando o disposto no art. 1º, § 2º, desse diploma normativo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade terão assento no Plenário com direito a voto, mas sem direito a voz nas discussões.
- B) Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade terão participação consultiva nas reuniões do Conselho Federal de Contabilidade, sem direito de voz ou voto.

C)

Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade terão assento no Plenário na qualidade de membros honorários, com direito apenas a voz nas sessões.

GABARITO PRELIMINAR

D) Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade poderão participar das sessões plenárias apenas mediante convite do presidente em exercício.

E) Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade integrarão o Plenário como membros efetivos, com direito a voz e voto nas deliberações.

Questão 36

A Resolução CFC nº 1.708/2023 disciplina o registro das organizações contábeis no âmbito do Sistema CFC/CRCs. Considerando o disposto no art. 13, parágrafo único, dessa resolução, assinale a alternativa CORRETA.

A) O registro de filial de organização contábil poderá ser deferido ainda que a organização contábil ou os profissionais responsáveis possuam pendências administrativas perante o Conselho Regional de Contabilidade.

B) O registro de filial de organização contábil será deferido automaticamente após o protocolo do pedido, independentemente da verificação de regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade.

C) O registro de filial de organização contábil dependerá exclusivamente da regularidade da pessoa jurídica perante o Conselho Federal de Contabilidade.

D)

O registro de filial de organização contábil somente será deferido quando a organização contábil e os profissionais da contabilidade estiverem em situação regular no Conselho Regional de Contabilidade.



GABARITO PRELIMINAR

E) O registro de filial de organização contábil poderá ser concedido, independentemente da situação cadastral dos profissionais da contabilidade vinculados à organização.

Questão 37

A Resolução CFC nº 1.612/2021 dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade e disciplina aspectos relacionados ao regime jurídico de seus empregados. Considerando o disposto no art. 4º dessa resolução, assinale a alternativa CORRETA.

A) Os empregados dos Conselhos de Contabilidade são considerados servidores públicos federais e podem ser redistribuídos para órgãos da administração pública direta.

B) Os empregados dos Conselhos de Contabilidade são regidos por regime estatutário e podem ser aproveitados em cargos públicos equivalentes na administração pública direta.

C) Os empregados dos Conselhos de Contabilidade são regidos por regime jurídico próprio e podem ser transferidos para a administração pública indireta mediante autorização do Conselho Federal de Contabilidade.

D) Os empregados dos Conselhos de Contabilidade são regidos pelo regime estatutário aplicável aos servidores públicos federais, com possibilidade de transferência para órgãos da administração pública.

E)

Os empregados dos Conselhos de Contabilidade são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da administração pública direta ou indireta.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 38

O Código Penal tipifica diversos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública. Considerando o disposto no art. 314 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Extraviar livro oficial ou documento de que o agente tem a guarda em razão do cargo, bem como sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, configura crime punido com reclusão de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

GABARITO PRELIMINAR

- B) A inutilização parcial de documento público não caracteriza crime, desde que não haja prejuízo comprovado à Administração Pública.
- C) Extraviar livro oficial ou documento público sob sua guarda caracteriza infração administrativa, não constituindo crime previsto no Código Penal.
- D) O crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento oficial somente se configura quando houver destruição total do documento público.
- E) O extravio de documento público sob guarda do agente público constitui crime punido com detenção de três meses a um ano.

Questão 39

A Constituição Federal estabelece, no art. 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que orientam a atuação do Estado e a formulação de políticas públicas. Considerando o disposto nesse dispositivo constitucional, analise as assertivas a seguir.



I. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.

III. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II, III e IV, apenas.

B)

I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

C) I e II, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

Questão 40

A Constituição Federal assegura direitos e garantias fundamentais relacionados à liberdade de associação no âmbito da sociedade civil. Considerando o disposto no art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. A Constituição Federal assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos.

II. É vedada a constituição de associações de caráter paramilitar.

III. A liberdade de associação depende de autorização prévia do Poder Público para sua constituição.

IV. A liberdade de associação somente pode ser exercida por entidades sem fins lucrativos.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I e III, apenas.

C) I, II, III e IV.

D) II e IV, apenas.

E) I, II e IV, apenas.



Questão 41

A Constituição Federal disciplina a organização e o funcionamento dos partidos políticos, estabelecendo princípios e requisitos que devem ser observados por essas entidades no sistema democrático brasileiro. Considerando o disposto no art. 17 da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. A criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos são livres, desde que resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

II. Os partidos políticos devem possuir caráter nacional, sendo vedada a sua organização restrita a determinado ente federativo.

III. É permitida a subordinação de partidos políticos a governos estrangeiros, desde que haja transparência na prestação de contas à Justiça Eleitoral.

IV. Os partidos políticos devem prestar contas à Justiça Eleitoral e observar o funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.

C)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) I, II, III e IV.
- E) I e II, apenas.

Questão 42

A Constituição Federal disciplina o regime jurídico das jazidas e dos recursos minerais no território nacional, estabelecendo regras sobre sua titularidade e exploração. Considerando o disposto no art. 176 da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As jazidas e os recursos minerais pertencem ao proprietário do solo onde se localizam, podendo a União apenas regulamentar sua exploração.

B)
As jazidas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União, sendo assegurada ao concessionário a propriedade do produto da lavra.



GABARITO PRELIMINAR

- C) As jazidas e os recursos minerais pertencem aos Estados onde se localizam, assegurada à União a fiscalização da atividade minerária.
- D) As jazidas e os recursos minerais pertencem exclusivamente ao concessionário responsável pela exploração econômica do recurso mineral.
- E) As jazidas e os recursos minerais pertencem conjuntamente à União e ao proprietário do solo, que compartilham a titularidade da exploração.

Questão 43

A Constituição Federal estabelece regras relativas ao funcionamento do sistema financeiro nacional e às atribuições do Banco Central do Brasil. Considerando o disposto no art. 164, § 1º, da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Banco Central poderá conceder empréstimos a órgãos da administração pública direta, desde que haja autorização legislativa específica.

B)
É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O Banco Central poderá conceder empréstimos ao Tesouro Nacional quando destinados ao financiamento da dívida pública interna.

- D) É permitido ao Banco Central conceder empréstimos diretos ao Tesouro Nacional em situações de déficit fiscal temporário.
- E) É vedado ao Banco Central conceder empréstimos a instituições financeiras, admitindo-se apenas operações com o Tesouro Nacional.

Questão 44

A Lei nº 11.107/2005 estabelece normas gerais sobre consórcios públicos, incluindo disposições relativas à execução financeira e ao controle das atividades dessas entidades. Considerando o disposto no art. 9º da referida lei, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O consórcio público está sujeito apenas ao controle interno dos entes consorciados, não se submetendo ao controle externo dos Tribunais de Contas.
- B) A fiscalização das contas do consórcio público compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União, independentemente do ente federativo envolvido.
- C) Os consórcios públicos não estão sujeitos à fiscalização pelos Tribunais de Contas, por se tratarem de entidades de cooperação federativa.

D)

A execução das receitas e despesas do consórcio público deve observar as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, ficando sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A execução das receitas e despesas do consórcio público deve observar exclusivamente as regras do direito privado, em razão da natureza contratual do consórcio.



Questão 45

A Lei nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. Considerando o disposto no art. 2º-A dessa lei, assinale a alternativa CORRETA.

A)

As parcerias disciplinadas pela Lei nº 13.019/2014 devem respeitar, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

GABARITO PRELIMINAR

- B) As normas da Lei nº 13.019/2014 substituem integralmente as normas setoriais aplicáveis às políticas públicas envolvidas na parceria.
- C) As parcerias disciplinadas pela Lei nº 13.019/2014 independem da observância das instâncias de pactuação e deliberação das políticas públicas setoriais.
- D) As parcerias disciplinadas pela Lei nº 13.019/2014 devem observar exclusivamente as disposições dessa lei, independentemente de outras normas aplicáveis.
- E) As parcerias disciplinadas pela Lei nº 13.019/2014 prevalecem sobre as normas específicas das políticas públicas setoriais relacionadas ao objeto da parceria.

Questão 46

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) disciplina regras relativas à vigência das leis no ordenamento jurídico brasileiro. Considerando o disposto no art. 1º, § 3º, da LINDB, assinale a alternativa CORRETA.

A) A correção do texto legal antes de sua entrada em vigor depende de autorização judicial para produzir efeitos quanto ao prazo de vigência.

B)

Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada à correção, o prazo de vacatio legis começará a correr novamente a partir da nova publicação.

GABARITO PRELIMINAR

C) A nova publicação destinada à correção do texto legal somente reinicia o prazo de vigência quando houver alteração substancial do conteúdo da norma.

D) A republicação do texto legal antes da entrada em vigor da lei não altera o prazo originalmente previsto para o início de sua vigência.

E) A republicação do texto legal antes da entrada em vigor da lei torna a norma imediatamente vigente.

Questão 47

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) estabelece diretrizes para a atuação dos órgãos administrativos, de controle e do Poder Judiciário, buscando reforçar a racionalidade e a segurança jurídica na tomada de decisões. Considerando o disposto no art. 20 da LINDB, assinale a alternativa CORRETA.

A) A exigência de consideração das consequências práticas da decisão aplica-se apenas às decisões judiciais, não alcançando as esferas administrativa e de controle.

B) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, é permitido decidir exclusivamente com base em valores jurídicos abstratos, independentemente da análise das consequências práticas.

C) A análise das consequências práticas da decisão é facultativa nas decisões administrativas, sendo obrigatória apenas no âmbito judicial.

D) Nas esferas administrativa e controladora, as decisões devem basear-se exclusivamente em critérios técnicos, sem consideração de consequências práticas.

E)

Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base apenas em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 48

Determinada prefeitura municipal decidiu contratar diretamente uma empresa pertencente a parente do prefeito para prestar serviços de manutenção em prédios públicos, dando ampla publicidade ao fato pelas redes sociais da prefeitura. Para justificar a contratação, o gestor alegou que a empresa possui experiência na área e que a escolha buscou maior eficiência administrativa. Contudo, não houve procedimento que assegurasse igualdade de condições entre possíveis interessados.

Considerando o disposto no art. 37 da Constituição Federal e os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

A) A contratação é plenamente válida, pois o princípio da eficiência permite que o gestor escolha livremente a empresa que considere mais adequada.

B)

A situação descrita evidencia possível violação ao princípio da impessoalidade, que exige que a atuação administrativa não seja orientada por favorecimentos pessoais.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O caso caracteriza violação exclusiva ao princípio da publicidade, pois a contratação não foi amplamente divulgada à sociedade.
- D) A contratação está em conformidade com o princípio da legalidade, que autoriza o administrador público a escolher discricionariamente qualquer prestador de serviço.
- E) A situação demonstra aplicação correta do princípio da moralidade administrativa, pois o gestor buscou contratar empresa com experiência comprovada.

Questão 49

A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública. Em determinada contratação pública financiada parcialmente por recursos provenientes de empréstimo de organismo financeiro internacional do qual o Brasil é parte, o edital previu condições específicas alinhadas às exigências estabelecidas em acordo internacional previamente aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

Considerando o disposto no art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A adoção de condições decorrentes de acordos internacionais em licitações depende apenas de autorização do órgão contratante, independentemente de aprovação legislativa ou ratificação presidencial.



B)

Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação de organismo financeiro internacional de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República.

GABARITO PRELIMINAR

- C) Nas licitações que envolvam recursos de organismos financeiros internacionais, devem ser aplicadas exclusivamente as normas do organismo financiador, independentemente da legislação brasileira.
- D) A utilização de recursos provenientes de organismos financeiros internacionais impede a aplicação das normas previstas na Lei nº 14.133/2021.
- E) As licitações financiadas por organismos internacionais não podem admitir condições previstas em acordos internacionais, devendo observar apenas a legislação nacional.

Questão 50

Em procedimento licitatório regido pela Lei nº 14.133/2021, após a homologação do certame, a Administração Pública convocou o licitante vencedor para assinar o termo de contrato no prazo previsto no edital. Durante o prazo originalmente concedido, o licitante solicitou prorrogação para formalização do contrato, apresentando justificativa fundamentada relacionada a dificuldades operacionais momentâneas.

Considerando o disposto no art. 90 e § 1º da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

A)

O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que a solicitação seja apresentada durante o prazo inicialmente concedido, devidamente justificada e aceita pela Administração.

GABARITO PRELIMINAR

- B) O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por períodos iguais ou distintos, desde que haja justificativa apresentada pelo licitante vencedor.
- C) A prorrogação do prazo para assinatura do contrato depende exclusivamente da conveniência do licitante vencedor, independentemente da concordância da Administração.
- D) O não comparecimento do licitante vencedor para assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido gera apenas advertência administrativa, sem outras consequências jurídicas.
- E) O licitante vencedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para assinatura do contrato mesmo após o término do prazo inicialmente fixado no edital.

Questão 51

Determinada empresa celebrou contrato para entrega de equipamento específico a um comprador. Antes da entrega, contudo, o bem sofreu deterioração parcial em razão de evento inevitável e sem culpa do devedor. Diante da situação, o credor passou a discutir quais seriam as alternativas jurídicas possíveis quanto ao cumprimento da obrigação.

Considerando o disposto no art. 235 do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Deteriorada a coisa, o credor será obrigado a aceitar o bem no estado em que se encontra, sem diminuição do preço.
- B) Deteriorada a coisa, ainda que sem culpa do devedor, este ficará obrigado a substituir o bem por outro de valor equivalente.



C)

Deteriorada a coisa sem culpa do devedor, poderá o credor resolver a obrigação ou aceitar a coisa no estado em que se encontra, com abatimento proporcional do valor.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Deteriorada a coisa sem culpa do devedor, a obrigação será automaticamente convertida em perdas e danos.
- E) Deteriorada a coisa sem culpa do devedor, a obrigação permanecerá inalterada, sendo exigível a entrega do bem sem qualquer redução do valor.

Questão 52

Uma empresa celebrou contrato comprometendo-se a não instalar qualquer estrutura publicitária em determinada área urbana durante a vigência do ajuste. Contudo, posteriormente, norma municipal superveniente passou a exigir a instalação obrigatória de determinado equipamento no local, tornando impossível o cumprimento da obrigação de abstenção inicialmente pactuada.

Considerando o disposto no art. 250 do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Se a obrigação de não fazer se tornar impossível sem culpa do devedor, extingue-se a

- B) A impossibilidade de cumprir obrigação de não fazer somente extingue a obrigação quando decorrer de fato imputável ao credor.
- C) A impossibilidade superveniente de cumprir obrigação de não fazer gera obrigação substitutiva de fazer equivalente.
- D) A obrigação de não fazer permanece exigível mesmo quando se torna impossível o cumprimento da abstenção por fato alheio à vontade do devedor.
- E) A impossibilidade superveniente de cumprir obrigação de não fazer, ainda que sem culpa do devedor, converte automaticamente a obrigação em perdas e danos.

Questão 53

O Código Civil disciplina os vícios do consentimento que podem comprometer a validade do negócio jurídico. Entre eles, destaca-se o erro substancial, que ocorre quando o equívoco incide sobre elementos essenciais da manifestação de vontade. Considerando o disposto no art. 139 do Código Civil, analise as assertivas a seguir.

I. O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais.

II. O erro é substancial quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem refira a declaração de vontade, desde que tenha influído de modo relevante na manifestação da vontade.



III. O erro de direito pode ser considerado substancial quando for o motivo único ou principal do negócio jurídico, desde que não implique recusa à aplicação da lei.

IV. O erro é considerado substancial sempre que decorrer de negligência do declarante, independentemente da relevância do elemento equivocado para o negócio jurídico.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.

- B) I, III e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I e II, apenas.

Questão 54

Uma empresa contratou o fornecimento de determinados equipamentos para outra sociedade empresária. O contrato previa prazo certo para entrega, mas o fornecedor deixou de cumprir a obrigação sem apresentar justificativa válida. O instrumento contratual não estabelecia índice específico de atualização monetária para eventual inadimplemento. Diante da situação, o credor ajuizou ação visando a recomposição integral dos prejuízos decorrentes do descumprimento contratual.

Considerando o disposto no art. 389 do Código Civil, com redação dada pela Lei nº 14.905/2024, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A atualização monetária somente será aplicada quando houver cláusula contratual expressa estabelecendo o índice de correção.
- B) Na ausência de índice contratual de atualização monetária, a correção deverá ser fixada discricionariamente pelo juiz, independentemente de índice oficial.
- C) O inadimplemento contratual gera apenas o dever de restituição do valor originalmente contratado, sem incidência de atualização monetária ou encargos adicionais.
- D) O inadimplemento da obrigação gera apenas o dever de indenizar perdas e danos, sendo indevida a incidência de juros, atualização monetária ou honorários advocatícios.

E) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, acrescidos de juros, atualização monetária e honorários de advogado, aplicando-se, na ausência de índice convencionado, a variação do IPCA.

GABARITO PRELIMINAR



Questão 55

Antes de contrair matrimônio, determinado casal celebrou pacto antenupcial estabelecendo regime de bens distinto do regime legal. Anos após o casamento, ambos passaram a enfrentar nova realidade patrimonial e decidiram alterar o regime inicialmente adotado, apresentando pedido conjunto ao Poder Judiciário, devidamente fundamentado.

Considerando o disposto no art. 1.639 e § 2º do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A alteração do regime de bens pode ser requerida unilateralmente por qualquer dos cônjuges, desde que haja justificativa patrimonial relevante.
- B) O regime de bens estabelecido antes do casamento é imutável, não sendo admitida qualquer alteração após a celebração do matrimônio.
- C) A alteração do regime de bens pode ser realizada diretamente em cartório, independentemente de autorização judicial.

D) A alteração do regime de bens após o casamento é admissível, desde que haja autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges e sejam resguardados os direitos de terceiros.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A alteração do regime de bens depende exclusivamente da celebração de novo pacto antenupcial, independentemente de intervenção judicial.

Questão 56

Em ação judicial que tramita sob o rito do Código de Processo Civil, determinado Município foi intimado pessoalmente, por meio eletrônico, para apresentar manifestação processual no prazo legal de 15 dias. A legislação aplicável ao caso não estabelecia prazo específico diverso para o ente público. Diante disso, a procuradoria municipal sustentou a aplicação de prazo diferenciado para apresentação da manifestação.

Considerando o disposto no art. 183 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações de direito público gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, contado a partir da intimação pessoal.
- B)** O prazo em dobro para os entes públicos somente se aplica quando a intimação ocorrer por meio físico, não sendo aplicável à intimação eletrônica.
- C)** O prazo em quádruplo concedido aos entes públicos conta-se a partir da publicação da decisão no diário oficial, independentemente de intimação pessoal.
- D)** O benefício do prazo em dobro aplica-se aos entes públicos ainda que exista na lei prazo específico estabelecido para a prática do ato processual.
- E)** Os entes públicos gozam de prazo em dobro apenas para apresentação de contestação, não se aplicando às demais manifestações processuais.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 57

Durante a tramitação de ação coletiva proposta em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, a Defensoria Pública foi instada a atuar em todas as fases do processo, inclusive em grau recursal. A parte contrária alegou que a atuação institucional deveria restringir-se apenas à defesa individual de necessitados, não alcançando demandas coletivas.



Considerando o disposto no art. 185 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A atuação da Defensoria Pública limita-se à defesa judicial de interesses individuais de pessoas economicamente hipossuficientes, não abrangendo direitos coletivos.
- B)** A Defensoria Pública exerce exclusivamente a defesa judicial dos necessitados, não lhe cabendo a promoção de direitos humanos ou a orientação jurídica.

- C)** A Defensoria Pública exerce a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A atuação da Defensoria Pública restringe-se ao primeiro grau de jurisdição, cabendo aos advogados dativos a atuação em instâncias recursais.
- E)** A Defensoria Pública atua apenas mediante designação judicial específica, não possuindo atribuição institucional permanente na defesa dos necessitados.

Questão 58

O Código de Processo Civil disciplina as hipóteses em que o Ministério Público deve atuar como fiscal da ordem jurídica. Considerando o disposto no art. 178 do CPC, analise as assertivas a seguir.

I. O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica, no prazo de 30 dias, quando houver interesse público ou social envolvido no processo.

II. O Ministério Público deverá intervir nos processos que envolvam interesse de incapaz.

III. A participação da Fazenda Pública no processo configura, por si só, hipótese de intervenção obrigatória do Ministério Público.

IV. O Ministério Público deverá intervir em litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I, II, III e IV.

C) I, III e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I e II, apenas.



Questão 59

Um trabalhador empregado de determinada empresa privada recebeu, no mês de dezembro, valor inferior ao seu salário mensal a título de décimo terceiro salário. Ao questionar o setor de recursos humanos, foi informado de que a empresa adotava política interna segundo a qual o décimo terceiro poderia ser calculado com base em parcela reduzida da remuneração mensal. Inconformado, o trabalhador buscou orientação jurídica acerca da constitucionalidade da prática.

Considerando o disposto no art. 7º, inciso VIII, da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

A) O décimo terceiro salário poderá ser calculado com base em percentual da remuneração mensal definido pelo empregador.

B) O décimo terceiro salário é benefício facultativo concedido pelo empregador, podendo ser pago em valor inferior ao salário mensal.

C) O décimo terceiro salário é devido apenas aos trabalhadores do setor público.

D) O décimo terceiro salário deve ser calculado com base na remuneração integral do trabalhador ou no valor da aposentadoria.

GABARITO PRELIMINAR

E) O décimo terceiro salário deve corresponder à metade da remuneração mensal do trabalhador.

Questão 60

Em determinada empresa do setor industrial, trabalhadores passaram a relatar aumento significativo de acidentes de trabalho decorrentes da ausência de equipamentos de proteção adequados e da inexistência de normas internas voltadas à prevenção de riscos ocupacionais. Diante da situação, o sindicato da categoria questionou a empresa quanto ao cumprimento das garantias constitucionais relacionadas à proteção da saúde e da segurança no ambiente laboral.

Considerando o disposto no art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A redução dos riscos inerentes ao trabalho constitui mera diretriz administrativa, não configurando direito constitucional do trabalhador.
- B) A Constituição assegura aos trabalhadores apenas a indenização posterior em caso de acidente de trabalho, não impondo dever preventivo ao empregador.
- C) A Constituição estabelece que a redução dos riscos no trabalho é responsabilidade exclusiva do Estado, não do empregador.
- D) A adoção de normas de saúde e segurança no trabalho depende exclusivamente de negociação coletiva entre empregador e empregados.

E) É direito dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

GABARITO PRELIM

